

## **¡LA ALEGRÍA YA VIENE! – 1988, O POVO NAS RUAS E A REABERTURA POLÍTICA DO CHILE <sup>1</sup>**

### **¡LA ALEGRÍA YA VIENE! – 1988, EL PUEBLO EN LAS CALLES Y LA REAPERTURA POLÍTICA DE CHILE**

*Carlos Eduardo Bione* <sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo busca retratar os principais episódios anteriores e posteriores à realização do plebiscito que teve lugar em outubro de 1988, no Chile, para decidir os rumos políticos do país frente à derrocada do regime militar ditatorial liderado por Augusto Pinochet. Buscou-se analisar a construção retórica da campanha eleitoral dos dois campos políticos, situação e oposição, a partir de um conjunto de documentos impressos e audiovisuais, além de documentários recentes sobre aquele momento da vida política chilena. As análises da conjuntura política chilena, feitas pela imprensa brasileira, notadamente pelo jornal *O Globo*, também nos serviu de apoio documental. Por fim, tentou-se traçar um breve panorama da situação política chilena atual, com o encaminhamento para a nova Constituinte.

**Palavras-chave:** Chile; ditadura militar; regime Pinochet; plebiscito; abertura democrática.

**Resumen:** Este artículo busca repasar los principales episodios antes y después de la realización del referéndum que tuvo lugar en octubre de

---

<sup>1</sup> Artigo produzido como trabalho final para a disciplina História da América 3, oferecida no semestre letivo de 2020.1, no curso de História da Universidade de Brasília. O trabalho foi orientado pelo docente responsável pelo curso, Prof. Dr. Francisco Doratioto (HIS-UnB).

<sup>2</sup> Graduando do curso de História, pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: cadubione@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7463592154045401>. Agradeço imensamente aos historiadores pareceristas, colaboradores da Revista Cadernos de Clio (UFPR), pela cuidadosa leitura deste artigo e precisas sugestões de ajustes. Agradeço igualmente ao editor da revista, Arthur Menozzo, pela disponibilidade em sanar dúvidas práticas quanto à formatação.

1988, em Chile, para decidir las direcciones políticas del país ante el colapso del régimen militar dictatorial liderado por Augusto Pinochet. Buscamos analizar la construcción retórica de la campaña electoral de los dos campos políticos, situación y oposición, a partir de un conjunto de documentos impresos y audiovisuales, así como documentales recientes sobre aquel momento de la vida política chilena. Los análisis de la coyuntura política chilena, realizados por la prensa brasileña, en particular por el diario *O Globo*, también sirvieron de soporte documental. Finalmente, se intentó hacer un breve recorrido por la situación política chilena actual, con los trabajos para la nueva Asamblea Constituyente.

**Palabras clave:** Chile; dictadura militar; régimen Pinochet; referéndum; apertura democrática.

*Borrar todo tu legado ¡Será nuestro legado!*

Cartazes e palavra de ordem de jovens chilenos em protestos nas ruas de Santiago, outubro de 2020.

## 1. Os antecedentes

Passados cinco anos desde os eventos que destituíram, por meio de um golpe de Estado militar, o governo do 45º Presidente da República do Chile, Salvador Allende Gossens, era com relativa adesão popular que o regime ditatorial instituído chegava ao fim da década de 1970<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Acerca da adesão de parte da sociedade ao regime, indicamos, como referência introdutória à questão, a análise proposta pelas Prof.<sup>as</sup> Denise Rollemberg e Samantha Quadrat, pesquisadoras do Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense. O texto consta como Apresentação à série *A construção social dos regimes autoritários – Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, 3 volumes [referência completa ao final], e traça uma visão panorâmica da permanência de projetos sociais e políticos autoritários na América Latina ao longo dos anos 1960-1970. Na mesma obra, vejam-se ainda, sobre a participação social nos regimes autoritários sul-americanos, os capítulos 4, “Stroessner e ‘Eu’: a cumplicidade social com a ditadura (1954-1989)”, por M. H. López; 5,

No Brasil, num cenário ainda de controle social e político posto em prática pelo regime militar – então em fase de transição do último ano do Governo Geisel –, as notícias vindas do outro lado do subcontinente americano eram, aparentemente, de pujança social e de adesão ao regime. Na manhã do dia 5 de janeiro de 1978, a edição do diário *O Globo* trazia estampado na capa do seu Primeiro Caderno um balanço do que fora a primeira consulta popular tendo a figura do general Augusto Pinochet como candidato “legitimado” por mais de 79% dos votos:

O presidente Augusto Pinochet recebeu ontem o apoio esmagador do eleitorado chileno ao consultá-lo sobre as críticas da ONU às violações dos Direitos Humanos no país. Segundo dados parciais divulgados ontem à noite, 79,21% dos chilenos deram “sim” ao governo, enquanto 18,52% votaram “não”. Ao comentar esses resultados, Pinochet declarou que “terminou o problema de se pensar em eleições”, salientando que ele próprio e a Junta Militar “saíram fortalecidos” da consulta popular.<sup>4</sup>

Depois de receber o “apoio” da maioria dos chilenos no referendo de 1978<sup>5</sup> – convocado após denúncia da Organização das Nações Unidas de

---

“O lado escuro da lua. O momento conservador em 1968”, por A. R. Kuri; 7, ““Uma parte do povo uruguaio feliz, contente, alegre’: os caminhos culturais do consenso autoritário durante a ditadura”, por A. Marchesi; 9, “Entendendo as adesões cidadãos ao governo de Alberto Fujimori”, por R. Grompone.

<sup>4</sup> Análise da consulta popular realizada no Chile, a 4 de janeiro de 1978, e publicada na capa do Primeiro Caderno, na edição matutina do jornal *O Globo*, a 5 de janeiro de 1978. Esta e as demais referências a artigos e matérias do jornal *O Globo* podem ser consultadas na seção *Dossiê Fatos Históricos*, organizada pelo *site* do periódico, disponível em: [glo.bo/32odVad](http://glo.bo/32odVad). Último acesso: 24 mar. 2022.

<sup>5</sup> Há que se mencionar o fato de este primeiro plebiscito ter sido realizado em condições *sui generis*: (i) em 27 de dezembro de 1977, a *Contraloría General de la República chilena* declarou inconstitucional o decreto assinado por Pinochet e por seu Ministro do Interior, o

que o regime estaria cometendo graves violações de Direitos Humanos –, o Governo Pinochet trabalhou para pôr em vigor uma nova Constituição<sup>6</sup>. Nesse sentido, o Conselho de Estado, instituído sob o novo regime, passou a fazer os últimos ajustes no projeto que vinha sendo desenhado já desde a instituição do regime ditatorial após o Golpe de 11 de setembro de 1973.

O anteprojeto apresentado pela *Comisión de Estudios de la Nueva Constitución*<sup>7</sup>, estabelecida já em 1973, pela Junta Militar de Governo, passou então a receber os seus acertos finais entre os anos de 1978 e 1980. Além de contar com a participação direta da Junta Militar, a *Comisión* teve ainda a participação do ex-presidente Jorge Alessandri e do Ex-Ministro de Estado Enrique Ortúzar – cuja ativa contribuição acabou por emprestar seu nome à forma extraoficial como a comissão ficou sendo conhecida, *Comisión Ortúzar*. O texto final da nova Constituição foi submetido ao

---

general César Benavides, numa tentativa de atribuir base jurídica à consulta nacional; (ii) o plebiscito aconteceu sem que inscrições eleitorais tivessem sido feitas; (iii) a forma como a pergunta da consulta foi articulada baseava-se num falso dilema: pressionava os chilenos a se posicionarem a favor da “pátria” ou da ONU, identificando o conceito de pátria com o regime militar ditatorial; (iv) visualmente, a cédula induzia à percepção de que não havia direito de manifestação pelo *não*; (v) na cédula de consulta, o campo que indicava o *sim* era preenchido com a bandeira do Chile, já o campo do *não*, por um sombreado cinza, induzindo claramente o consultado a marcar “a favor da pátria” [cf. documento disponível em: <https://bit.ly/3tHJ5HG>]; (vi) por fim, o ponto mais esdrúxulo do processo: a proibição do acompanhamento das apurações. (Cf. *El País*. La convocatoria del referéndum declarada anticonstitucional. Artigo. Santiago: 28 dec. 1977. Disponível em: [bit.ly/321bzx1](https://bit.ly/321bzx1). Consultado em: 5 abr. 2021; *El País*. Hoy, plebiscito obligatorio en Chile. Artigo. Santiago: 3 ene. 1978. Disponível em: [bit.ly/3s5amzJ](https://bit.ly/3s5amzJ). Consultado em: 5 abr. 2021; *El País*. El plebiscito chileno nació muerto. Artigo. Santiago: 5 ene. 1978. Disponível em: [bit.ly/3wEkJ13](https://bit.ly/3wEkJ13). Consultado em: 5 abr. 2021; MUSEO de la Memoria y los Derechos Humanos. *Voto Consulta Nacional 1978*. Fondo Servicio Electoral, jan. 2018. Disponível em: [bit.ly/2OBBx7D](https://bit.ly/2OBBx7D). Consultado em: 5 abr. 2021).

<sup>6</sup> Fazemos aqui, de forma sintética, um apanhado dos dispositivos legais, constitucionais especificamente, que contextualizam a existência de uma disposição transitória aditiva ao texto constitucional de 1980, que previa, entre outras medidas de manutenção, a realização de uma consulta pública, em forma de plebiscito, no ano de 1988.

<sup>7</sup> Comissão de Estudos da Nova Constituição.

voto popular, aprovado mediante plebiscito nacional em 1980 e, mesmo enfrentando resistência de setores da sociedade chilena que não a reconheceram, passou a vigorar a partir de 11 de março de 1981.

Sobre as circunstâncias em que se deu a consulta, o cientista político Renato Martins (2000) afirma,

Aprovada em plebiscito fraudulento realizado sem a supervisão de tribunais independentes, numa das fases de maior repressão do governo militar, a Constituição representou a institucionalização do regime autoritário. Segundo resultados oficiais, 67% dos chilenos foram “a favor” da nova Constituição, conferindo legitimidade para o governo prosseguir o seu projeto de reestruturação da sociedade chilena.

Ainda segundo Martins, “a Constituição [do Chile] de 1980 deu início a uma experiência de ruptura e continuidade da ordem autoritária sem precedentes na América Latina”<sup>8</sup>. Nesse contexto, o mecanismo legal que indicava a realização de um plebiscito para a indicação de um “novo” candidato às eleições de 1989 enquadrava-se dentro dos dispositivos de manobra do regime ditatorial e era nomeado “disposições transitórias”. Para o pesquisador, essas ressalvas legais configuravam-se como verdadeiras

---

<sup>8</sup> Além dos sérios problemas, apontados por Martins, na condução dessa nova consulta nacional para referendar a Constituição de 1980, também é importante mencionarmos o pouco debate feito com a sociedade chilena sobre o conteúdo da nova Carta Constitucional. Enquanto a cúpula militar e a Comissão da Nova Constituição tiveram anos para elaborarem os seus novos artigos, a população, por sua vez, foi convocada a votar cerca de um mês após a apresentação do projeto constitucional.

salvaguardas constitucionais, introduzidas no texto sob a forma de "disposições transitórias", [e] atribuíam poderes autocráticos ao presidente, que passou a contar com a possibilidade legal de decretar estado de emergência e estado de sítio, declarar guerra, indicar as autoridades militares de acordo com a Junta de Governo e remover prefeitos. (MARTINS, 2000)

Uma dessas disposições transitórias, a 27<sup>a</sup> precisamente, previa a realização de plebiscito para consulta popular, de aprovação ou não, do candidato indicado pelas instâncias do governo ao mandato presidencial subsequente àquele para o qual Pinochet havia sido “eleito”. Constava textualmente:

#### Disposiciones Transitorias<sup>9</sup>

Vigesimaséptima - Corresponderá a los Comandantes en Jefe de las Fuerzas Armadas y al General Director de Carabineros, titulares, proponer al país, por la unanimidad de ellos, sujeto a la ratificación de la ciudadanía, la persona que ocupará el cargo de Presidente de la República en el período presidencial siguiente al referido en la disposición decimotercera transitoria, quien deberá cumplir con los requisitos establecidos en el artículo 25 inciso primero de esta Constitución, sin que le sea aplicable la prohibición de ser reelegido contemplada en el inciso segundo de ese mismo artículo. Con ese objeto se reunirán noventa días antes, a lo menos, de la fecha en que deba cesar en el cargo el que esté en funciones. **La designación será comunicada al Presidente de la República, para los efectos de la convocatoria a plebiscito.** Si transcurridas

---

<sup>9</sup> Texto da nova *Constituição Política de 1980* submetida à ratificação por plebiscito. Disponível no sítio da *Biblioteca del Congreso Nacional de Chile*, em: [bit.ly/2U6hRI7](http://bit.ly/2U6hRI7). Consultado em: 5 nov. 2020.

cuarenta y ocho horas de reunidos los Comandantes en Jefe y el General Director señalados en el inciso anterior, no hubiere unanimidad, la proposición se hará de acuerdo con lo prescrito en el inciso segundo de la disposición decimoséptima transitoria y el Consejo de Seguridad Nacional comunicará al Presidente de la República su decisión, para los mismos efectos señalados en el inciso anterior. **El plebiscito deberá efectuarse no antes de treinta ni después de sesenta días de la proposición correspondiente y se llevará a efecto en la forma que disponga la ley.**<sup>10</sup> (*CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE CHILE DE 1980*, texto original) [grifos nossos]

O que não estava claramente previsto no dispositivo, entretanto, mas que todos, de alguma forma, esperavam que acontecesse era a indicação, pelos comandantes em chefe das Forças Armadas e pelos titulares da Direção Geral dos Carabineros, do nome de um candidato já bastante conhecido para assumir o mandato subsequente ao de dez anos, que teria sido “referendado” pelo plebiscito de 1978.

---

<sup>10</sup> Trad. livre nossa: “Disposições Transitórias: 27ª – Caberá aos Comandantes em Chefe das Forças Armadas e ao General Diretor dos Carabineiros, titulares, proporem ao país, por unanimidade, sujeito à ratificação da população, a pessoa que ocupará o cargo de Presidente da República no período presidencial seguinte ao referido na disposição transitória 13ª, que deverá cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 25, inciso primeiro, desta Constituição, sem que lhe seja aplicável a proibição de ser reeleito, contemplada no inciso segundo deste mesmo artigo. Com esse objetivo, reunir-se-ão com antecedência de noventa dias, ao menos, da data em que se deva deixar o cargo aquele que esteja ocupando as suas funções. A designação será comunicada ao Presidente da República para os efeitos da convocação do plebiscito. Se transcorridas quarenta e oito horas da reunião dos Comandantes em Chefe e o General Diretor, indicados no inciso anterior, sem que haja unanimidade, a indicação será de acordo com o prescrito no inciso segundo da disposição transitória 17ª, e o Conselho de Segurança Nacional comunicará ao Presidente da República a sua decisão, para os mesmos efeitos indicados no inciso anterior. O plebiscito deverá efetuar-se não antes de trinta dias nem depois de sessenta dias da proposição correspondente e terá efeito na forma disposta na lei.”

## **2. A chegada da crise**

Após alcançar alguns índices positivos com o programa de reformas, abertura econômica, desestatização e privatização, levado a cabo ao longo dos anos 1970, o cenário de aparente pujança econômica mudou de feição rapidamente na virada para os anos 1980. As primeiras projeções da década não eram tão promissoras como aparentavam ser no período precedente. Os primeiros índices econômicos denunciavam o declínio do curto voo alcançado pela economia nos anos imediatamente posteriores às reformas. Segundo o cientista político Renato Martins (2000),

Em 1982 e 1983 uma crise decorrente do ajuste neoliberal lançou o país numa recessão sem precedentes. Nesses anos, o Produto Interno Bruto registrou um recuo de 13,4% e 3,5%, respectivamente; as taxas de desemprego atingiram 26,4% e 30,4%, isto é, um em cada três chilenos que procuravam emprego não encontrava ocupação; os salários reais tiveram uma queda de 10% e o salário mínimo sofreu uma redução de 25%. A inflação foi de 20%, o dobro da registrada no princípio dos anos oitenta, e o número de falências e fechamentos de empresas, em 1982, foi maior do que o verificado nos três anos seguintes ao golpe.

É nesse cenário de recrudescimento econômico que terá lugar a primeira grande manifestação pública de descontentamento contra o governo. O regime alcançava assim o seu décimo ano sem ter mais a seu favor o principal argumento que lhe legitimara até então: os anos do “milagre econômico” chileno chegaram provavelmente ao seu fim.

Em 1983, a *Confederación de Trabajadores del Cobre*<sup>11</sup> (CTC), a mais importante representação de classe do país, convocou uma manifestação de protesto contra os efeitos de uma política ultraliberal do sistema trabalhista, econômico e social posta em prática pelo regime. Segundo Garretón (1989), o projeto inicial da manifestação capitaneada pela CTC, para o 11 de maio de 1983, era o de declarar uma greve nacional, porém, em deliberação conjunta com outras instâncias de classe engajadas no movimento de contestação, e com vistas a alcançar maior espraiamento do protesto junto a outras camadas sociais, ficou-se decidido por fim nomear a manifestação “protesto político massivo”. Diz-nos o autor:

Durante esse dia, houve paralisações parciais, absenteísmo, trabalho lento, manifestações nos locais de trabalho; assembléias, passeatas e ocupações de universidades; buzinaços e concentrações-relâmpago no centro da cidade e em acessos importantes; barulho de panelas, cortes de energia elétrica à tarde em bairros de classe média e "poblaciones", onde também se construíram barricadas; absenteísmo nas escolas e abstenção de compras no comércio. No começo, o governo tentou desconhecer a manifestação, para posteriormente desencadear uma forte repressão que gerou dois mortos, 50 feridos e 300 detidos (Garretón, 1989).

No Brasil, à época, a notícia do primeiro grande levante contra o Regime Pinochet e a força de repressão lançada pelo governo contra os manifestantes fora, em certa medida, suavizada. O número de manifestantes

---

<sup>11</sup> Confederação dos Trabalhadores do Cobre.

presos apontado acima pelo historiador, nas páginas do periódico brasileiro fora reduzido a um terço:

Mais de 100 pessoas foram detidas ontem em Santiago durante a primeira manifestação de protesto contra o governo do General Augusto Pinochet, no poder há dez anos. O movimento, que terminou às 24h de ontem, foi convocado pela Confederação dos Trabalhadores do Cobre, a mais importante do país. Rodolfo Seguel, Presidente da Confederação, disse que o objetivo do movimento era protestar, em todo o país, contra o sistema trabalhista, econômico e social do atual regime. Participaram do protesto estudantes, professores, advogados, religiosos e trabalhadores. A Associação de Professores do Chile informou que 70% dos estudantes não compareceram às aulas em sinal de apoio aos trabalhadores do cobre. Em Santiago do Chile, a polícia deteve um grupo de 40 pessoas que gritavam lemas de apoio ao protesto.<sup>12</sup>

Há que se lembrar que, no Brasil, aquele ano de 1983 ainda era de vigência de um regime político semelhante ao chileno, apesar da moderada distensão colocada em prática pelo governo brasileiro desde 1979 com a aprovação da chamada Lei de Anistia e a preparação para uma reabertura política, lenta e gradual.

### **3. Momentos decisivos**

No Chile, entretanto, essa onda de movimentos contestatórios contra o regime, nomeada pela historiografia chilena como *Ciclo de*

---

<sup>12</sup> Matéria publicada em *O Globo*, edição matutina, Primeiro Caderno, pág. 16, a 12 maio 1983. Cf. <glo.bo/32odVad>.

*Huelgas y Protestas*<sup>13</sup>, irá se estender daquele maio de 1983 até 1986, quando terá lugar, a 7 de setembro de 1986, um atentado contra Augusto Pinochet. A essa altura, a primavera das manifestações de oposição já se vinha arrefecendo. Em julho de 1986, depois de uma greve nacional com ampla adesão, convocada pelo agrupamento *Asamblea de la Civilidad*<sup>14</sup>, foram presos dirigentes de vários grupos organizados que mobilizavam manifestações contra o regime (GARRETÓN, 1989).

No dia seguinte ao atentado de setembro, o general Pinochet decretou um novo estado de sítio no país, situação que irá estender-se até janeiro de 1987. Muito provavelmente com vistas ao processo de consulta popular que se aproximava, o episódio do atentado passou a ser utilizado pela propaganda do regime como sineta de alerta à sociedade no sentido de requestrar o já conhecido “perigo iminente”, que o país supostamente ainda corria, de ser dominado por guerrilhas comunistas. Entretanto, sem ceder à tentação de entrar numa nova onda de recrudescimento de repressão, o caminho habilmente escolhido fora o de seguir adiante na via da distensão – ainda que aparente e provisória.

Na sequência dos fatos, naquele mesmo ano de 1987, o governo deu mais um passo adiante e, com a promulgação da *Lei Orgânica Constitucional dos Partidos Políticos*, que permitia a criação de partidos, e a *Lei Orgânica Constitucional sobre Sistema de Inscrições Eleitorais e Serviço Eleitoral*, que autorizava a abertura dos registros eleitorais, começou a dar sinais mais evidentes de um possível “abrandamento” e,

---

<sup>13</sup> Ciclo de Greves e Protestos.

<sup>14</sup> Assembleia da Civilidade.

mais importante, de respeito ao próprio conjunto de leis constitucionais que promulgara quase uma década antes.

Pelas manobras políticas colocadas em ação pelo governo, no sentido de demonstrar à opinião pública abertura a uma via de governança menos dura, já estava claro – principalmente a partir de março de 1988, quando Pinochet claramente deu início à sua campanha – que o quadro que se pintava à altura seria o da indicação, pela Junta de Governo, do próprio ditador a um novo mandato – ou seja, uma autoindicação, ao fim e ao cabo.

#### **4. Primeiros Avanços**

Na quarta-feira, 24 de agosto de 1988, o presidente Augusto Pinochet Ugarte anunciou a suspensão do estado de emergência, pegando todos os agrupamentos da oposição de surpresa. Dois dias depois, entrava em vigor então o ato que tirava o país, passados 15 anos, de sob o controle total das forças de segurança do regime.

Não demorou para que os dirigentes lançassem um chamado às ruas para uma grande manifestação<sup>15</sup>. A data marcada seria o mesmo 30 de agosto em que a Junta de Governo anunciaria a indicação do candidato único. O objetivo era levar a oposição em peso às ruas para que todos se certificassem das reais intenções do governo ao suspender o estado de emergência.

---

<sup>15</sup> O fato foi amplamente repercutido na mídia brasileira, como se pode verificar na matéria “Oposição chilena vai às ruas testar limites da abertura”, análise político-conjuntural publicada no caderno *O Mundo*, pág. 28, na edição matutina do periódico *O Globo*, a 28 de agosto de 1988.

As expectativas estavam evidentemente na manobra que poderia ser feita pela Junta, mas, com o fato de o próprio ditador acumular as funções de Comandante em Chefe das Forças Armadas e de Diretor Titular dos Carabineiros, seria muito pouco provável que a indicação de um nome à eleição fosse o de outro candidato. Nessas circunstâncias, a probabilidade de que a Junta de Governo não aceitasse a autoindicação de Pinochet era praticamente nula. Os esforços, portanto, para uma possível mudança desse quadro, deviam concentrar-se numa hipotética margem, mínima que fosse, de virada, quando do referendo, em benefício da oposição.

Num artigo, em tom mais realista, em outro momento político brasileiro, o cenário de estratégia para o futuro candidato às presidenciais chilenas fora assim descrito:

O candidato será eleito pelo próprio Pinochet, na qualidade de Comandante-em-Chefe. Mas ninguém no Chile espera que a escolha seja uma surpresa. O mais provável é que Pinochet se apresente como candidato e que a sua decisão seja aprovada. Pinochet vem se preparando há seis meses para o plebiscito. A seu favor, o General tem uma inflação de 0,05% em julho e o caos econômico da Argentina e Brasil, ambos governados por civis. Com a sua política econômica liberal – de privatização e abertura do mercado para as importações – conquistou os votos da maioria do empresariado e de uma fatia da classe média, que teme, mais que a ditadura, a volta de um governo parecido com o de Allende, com a expropriação de terras, a estatização de empresas, o desabastecimento e a inflação alta. Mas falta a Pinochet convencer a Oposição – os que anseiam tanto pelas liberdades políticas quanto pelas econômicas e os setores mais

pobres da sociedade, que pagaram o alto preço da implantação de um modelo liberal.<sup>16</sup>

As condições para o embate nas urnas estavam postas. Se, por um lado, o governo tinha a seu favor a presença carismática do Ministro da Fazenda Hernán Büchi <sup>17</sup>, conhecido como “Príncipe Valente”, contribuinte decisivo para a vitória do governo no plebiscito de 1978, contando também com alguma estabilidade econômica e índices inflacionários sob controle aparentemente, por outro lado, a oposição apostava no desgaste interno do regime, que controlava com mãos de ferro, há quinze anos, a sociedade chilena, usando de intensa censura aos meios de comunicação, perseguições, prisões, torturas e assassinatos de atores políticos opositores, tanto no país quanto no exterior.

Dessa forma, um dos caminhos possíveis no enfrentamento ao regime era a entrada no jogo eleitoral pela via institucional, obedecendo às regras estabelecidas pela Constituinte de 1980. Assim, com a possibilidade legal de organização dos partidos políticos instituída pela Lei Orgânica, promulgada no ano anterior, os opositores ao regime passaram a se organizar em novos partidos. Os primeiros a se agruparem foram a *Democracia Cristiana*<sup>18</sup>, o *Partido Socialista* e o *Partido por la Democracia*<sup>19</sup>.

---

<sup>16</sup> “Oposição chilena vai às ruas testar limites da abertura” in *O Globo*, edição matutina, O Mundo, pág. 28, a 28 ago. 1988.

<sup>17</sup> “Büchi, o *príncipe do milagre chileno*” in *O Globo*, edição matutina, O Mundo, pág 15, a 6 set. 1988.

<sup>18</sup> Democracia Cristã.

<sup>19</sup> Partido pela Democracia.

Depois de quinze anos interdita ao debate político, havia na sociedade chilena uma atmosfera propícia às novas ideias. Foi nesse clima de renovação de propostas que um grupo de jovens reuniu-se e fundou o Partido Humanista Chileno. Completamente desacreditado pela velha política por trazer para a sua pauta de debate, entre outros temas, a questão ecológica, o Humanista surpreendeu a todos e apresentou inscrição para o plebiscito com um total de 70 mil assinaturas. O maior número adquirido por um partido no Chile até então<sup>20</sup>.

Nesse clima de mobilização, logo se formou o cenário para o embate eleitoral entre a situação e a oposição. Pela primeira vez, desde 1973, o debate político envolvendo os dois espectros ideológicos, partidários do regime e opositores, teria lugar no Chile. A consulta popular, realizada em referendo, deveria resumir-se a duas posições: o “*Si*”, pela manutenção de Augusto Pinochet no poder, e o “*No*”, para que outro candidato fosse indicado e, no prazo de um ano, eleições diretas para a presidência fossem convocadas.

O silêncio imposto ao debate político ao longo de quinze anos encontrava-se, por ora, suspenso. Definitivamente? Não se sabia. O que se poderia fazer até então era preparar o campo eleitoral para o debate e para a corrida pelo fim do regime. Em pouco tempo, a arena política estava enfim configurada. Entre os partidos e movimentos políticos que se organizaram para a mobilização do referendo, os dois campos, do *Si* e do *No*, agruparam um total de 37 entidades. Pela ala de apoio ao governo, agrupavam-se 14

---

<sup>20</sup> “Novos partidos na campanha pelo *não*”. *O Globo*, ed. matutina, O Mundo, pág. 28, a 28 ago. 1988. <glo.bo/2PiHpCH>.

entidades<sup>21</sup>; na oposição, 23 entidades<sup>22</sup> formavam o bloco do *No*; mais um único partido, o *Socialista Chileno*, que representava a 3ª via e militava pela anulação do voto como forma de protesto à suposta farsa da consulta colocada em prática pelo regime para, mais uma vez, tentar forjar uma legitimidade popular.

## 5. A campanha

A exato um mês da data oficialmente estabelecida para o referendo nacional, foi ao ar, no dia 5 de setembro de 1988, às 22h45, em rede nacional, a propaganda eleitoral das duas alas. Cada uma tinha o tempo de 15 minutos para apresentar a sua proposta política para os próximos dez anos. Entretanto, a rigor, a campanha resumia-se a uma questão principal: dizer “sim” e aceitar mais um mandato de dez anos sob o mesmo governo, orquestrado por Augusto Pinochet, ou dizer “não” e conduzir o país a uma possível abertura fora do regime militar.

---

<sup>21</sup> Pelo *Sí*, reuniam-se o *Avanzada Nacional* (AN), o *Democracia Radical* (DR), o *Gran Frente de Chile* (GFCh), o *Acción Gremialista* (AG), o *Comités de Acción Cívica* (CAC), o *Movimiento Independiente Pinochetista* (MIP), o *Partido del Sur* (SUR), o *Partido Democrático de Chile* (PADECH), o *Partido Liberal Demócrata de Chile* (PLD), o *Partido Nacional* (PN), o *Partido Socialdemócrata* (PSD), o *Poder Femenino* (PF), o *Renovación Nacional* (RN), o *UDI por el Sí* (UDI).

<sup>22</sup> Pelo *No*, enfileiraram-se o *Alessandrismo Nacional Independiente* (ANI), o *Independientes por el No*, o *Izquierda Cristiana* (IC), o *Los Verdes* (LV), o *Movimiento de Acción Popular Unitaria* (MAPU), o *MAPU Obrero Campesino* (MAPU-OC), o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), o *Partido Comunista de Chile* (PCCh), o *Partido de los Jubilados* (PJ), o *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), o *Partido Democrático Nacional* (PADENA), o *Partido Humanista de Chile* (PH), o *Partido Liberal* (PL), o *Partido Nacional por el NO* (PN-No), o *Partido por la Democracia* (PPD), o *Partido Radical* (PR), o *Partido Radical Socialista Democrático* (PRSD, *Facción Sule/Luengo*), o *Partido Social Democracia de Chile* (SDCH), o *Partido Socialista-Almeyda*, o *Partido Socialista Histórico*, o *Partido Socialista-Mandujano*, o *Partido Socialista-Núñez*, o *Unión Socialista Popular* (USOPO).

O grande desafio que se instaurou em ambos os lados foi o de condensar em apenas 15 minutos um ideário político para a próxima década. O caminho escolhido pela situação foi o de apelar às antigas imagens fantasmagóricas coladas a um imaginário forjado pelo regime: o de uma esquerda ameaçadora dos valores atemporais do povo chileno.

Ao analisarmos o conjunto de suportes imagéticos produzidos pela ala do *Sí* para a campanha do plebiscito de 1988, fica clara a insistência na mobilização de conceitos-chave semiofóricos que remetem o campo da esquerda a um velho imaginário, historicamente datado, de fazer colar às alas progressistas da sociedade uma espécie de niilismo social em que a tríade família, religião e pátria aparecem como principais alvos a serem dizimados por uma horda de inconsequentes sem fé, sem lei e sem rei. A já desgastada ideia de uma iminente ameaça de tomada comunista, gestada em fogo brando ao longo dos lentos anos da Guerra Fria, foi a via escolhida pela campanha do *Sí*.

O vulto do ditador sanguinário temido teve de ser rapidamente repaginado e adaptado às demandas do novo tempo. O porte ameaçador, sisudo, sempre em uniforme militar foi assim substituído pela imagem do civil em terno e gravata, quando não em mangas de camisa e capote, para forjar um ideário de homem simples, porém firme, pulso forte, e próximo ao seu povo. Não raro, nos folhetos distribuídos na campanha, vê-se claramente um apelo ao paradigma imagético populista do patriarca

protetor da sua família e, por extensão metonímica, a do grande pai da nação, pronto a cuidar do seu povo<sup>23</sup>.

O tom da narrativa apresentada nos *spots* televisivos da campanha foi o mais grave que os quinze anos do regime militar conseguiram formular. A ameaça comunista era o mote argumentativo nuclear de toda a fala. A essa argumentação monocórdica, somava-se o apelo para que o povo chileno não deixasse ruir tudo o que fora construído pelo regime até ali. Nessa atmosfera densa, quase mórbida, uma cena protagonizada por um caminhão de rolo compressor irrompia a tela no minuto final da propaganda. Em *super-close*, a câmera mostrava um carrinho de bebê ser completamente esmagado pelo caminhão; na sequência, o campo de imagem se abria e, em primeiro plano, aparecia uma criança sentada brincando com uma boneca na grama. A mensagem era clara, e a cena concluía-se com um banho de sangue a escorrer na tela<sup>24</sup>.

Nada poderia ser mais enfadonho para o público do que aquela retórica de carnificina. Grande parte da população tinha acesso a informações que permitiam saber quem, de fato, estava sendo sacrificado

---

<sup>23</sup> Esse conjunto simbólico pode ser facilmente lido e interpretado no panfleto oficial distribuído durante a campanha pelo *Sí*, entre 5 set. e 4 out. de 1988. Disponível em: [https://www.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/19496/7/58\\_G.jpg](https://www.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/19496/7/58_G.jpg). Último acesso em: 21 mar. 2022.

<sup>24</sup> Essas cenas podem ser vistas facilmente em registros audiovisuais da época disponíveis na plataforma *YouTube*. Para este artigo, entretanto, utilizamos mais detidamente aquelas que aparecem no contexto de três narrativas documentais, são elas: 1. « *El Documental del Sí: La historia completa de una franja que no pasó a la história* », reportagem documental produzida pela CNN Chile, em parceria com a CHV, exibida a 5 out. 2018, por ocasião dos 30 anos do plebiscito de 1988, disponível em: <[youtu.be/7xmkCXmG0G0](https://youtu.be/7xmkCXmG0G0)>; 2. « *La alegría de los otros* », documentário de Carolina Espinoza, de 2009, disponível em: <[cinechile.cl/pelicula/la-alegria-de-los-otros](https://cinechile.cl/pelicula/la-alegria-de-los-otros)>; 3. « *El 5 de Octubre: la historia no contada* », da série documental *Informe Especial*, produzido pela TVN Chile, exibido em 06 out. 2013, disponível em: <[youtu.be/HhRi3YpeKiE](https://youtu.be/HhRi3YpeKiE)>. Último acesso aos enlaces em: 23 mar. 2022.

naqueles últimos anos do regime. As denúncias, contra o Chile, de violações aos Direitos Humanos se multiplicavam nas Cortes Internacionais e apelar para a velha teoria conspiratória do inimigo interno já não surtia efeito numa sociedade exaurida por anos de um governo arbitrário.

Nesse sentido, a iniciativa tomada pelo chefe do governo, no início de setembro de 1988, de autorizar a volta dos seus cidadãos exilados<sup>25</sup>, acabou por surtir efeito inverso ao pretendido. No lugar de um espírito de conciliação, providenciado no último minuto dos preparativos para a campanha, o retorno daqueles vultos suspensos no tempo acabou resultando numa tomada de consciência da dor que havia sido imposta às milhares de famílias que se viram apartadas dos seus filhos, irmãos, pais. Nessa primeira leva de retornados, de setembro de 1988, estava a Primeira-dama Mercedes Hortensia Bussi Soto de Allende, viúva do Presidente destituído no Golpe de Estado de 1973.

O caminho escolhido pela ala adversária para a campanha do *No* foi literalmente o da oposição, o do extremo oposto. Se a Junta de Governo e os agrupamentos simpatizantes pela recondução do ditador ao poder

---

<sup>25</sup> A despeito do Decreto N° 203, emitido pelo Ministério do Interior, a 1° de setembro de 1988, pondo fim à proibição de ingresso no território chileno aplicada ainda a 512 cidadãos, nem todos os exilados puderam regressar. O caso do cantor Joan Manuel Serrat é paradigmático ao pôr à mostra as contradições daquele momento de “distensão” do regime. Horas depois de o cantor manifestar, na imprensa, a sua intenção de regressar a Santiago, o governo fez a polícia chilena distribuir o Comunicado Reservado N° 92 a 22 linhas aéreas internacionais que operavam no Chile, informando-lhes que Serrat era *persona non grata* no território chileno. (Cf. BIBLIOTECA del Congreso Nacional de Chile. Régimen militar dispone el término definitivo del exilio: 01 de Septiembre de 1988. *Efemérides*. S/d. Disponível em: [bit.ly/2RjYHQN](http://bit.ly/2RjYHQN). Consultado em: 6 abr. 2021; DÉLANO, Manuel. Pinochet anuncia el fin del exilio chileno. *El País*. Artigo. Santiago: 1° sep. 1988. Disponível em: [bit.ly/3fX0eXc](http://bit.ly/3fX0eXc). Consultado em: 6 abr. 2021; -----. Pinochet prohíbe a Serrat entrar en Chile. *El País*. Artigo. Santiago: 29 sep. 1988. Disponível em: [bit.ly/39YRP1S](http://bit.ly/39YRP1S). Consultado em: 6 abr. 2021).

apostaram as suas últimas fichas na manutenção de um ambiente de medo e opressão, a Coalizão pelo Não, oficialmente *Concertación de Partidos por el No* <sup>26</sup>, liderada pelo democrata Patricio Aylwin, vinha a público propor um novo fôlego à sociedade chilena.

Um intenso trabalho de construção imagética foi posto em obra por uma equipe de publicitários no intuito de criar, para a campanha, uma imagem/promessa que correspondesse aos anseios de uma sociedade já extenuada pelo autoritarismo. A aposta era claramente pelo novo. Um novo tempo, uma nova forma de integrar o debate político e de ocupar, republicanamente, o espaço público na sociedade chilena.

Para tanto, o símbolo escolhido para representar a *franja del No*, foi o arco-íris. A imagem da multiplicidade de cores representava a união que movia todos os agrupamentos políticos desde a centro-esquerda, reunindo social-democratas e cristãos, até aqueles da esquerda propriamente dita. O arco-íris também simbolizava a chegada de um novo tempo. Para essa promessa de renovação da vida política chilena, que se anunciava nos breves quinze minutos da propaganda eleitoral, a criatividade foi o recurso que se impôs. O desafio era o de alcançar uma “força tranquila” que representasse toda a “potência transformadora” daquele momento, como foi resumida a missão da campanha nas palavras do jornalista chileno Víctor Hugo de La Fuente<sup>27</sup>, que, naquele ano de 1988, encontrava-se exilado.

---

<sup>26</sup> Concertação de Partidos pelo Não.

<sup>27</sup> O depoimento de De La Fuente, assim como o de outros jornalistas chilenos envolvidos na campanha pelo *Não*, desde o exílio, pode ser visto na íntegra ao longo do documentário *La alegría de los otros*, de Carolina Espinoza, 2009. Disponível integralmente em: <https://vimeo.com/39964773>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

O humor, a leveza, o canto, o sorriso, a dança, o colorido, a alegria, enfim, todos esses elementos davam o tom da campanha pelo *Não*. O contraste de ambiência entre as duas campanhas era evidente e a proposta imagética posta em ação pela ala da oposição parece ter encontrado boa ressonância naquele contexto. Vale lembrar que a propaganda era veiculada às 22h45, portanto ao final da jornada diária de trabalho, numa sociedade que parecia não mais se contentar apenas com índices econômicos e, sobretudo, num contexto social já há muito assombrado pelo vulto opressor do regime.

A imagem de união entre as várias camadas da sociedade chilena cantando em uníssono pelo *Não* à perpetuação do ditador à frente do governo era promissora e parecia convincente. O slogan *¡La alegría ya viene!*, retirado da canção que costurava os quinze minutos da campanha da Coalizão, fez história e, durante muito tempo, continuou a ser entoado no processo da reabertura política do Chile.

O trabalho de convencimento precisaria assim ser focado numa parcela muito específica do eleitorado, aqueles do centro com uma tendência ao conservadorismo político e religioso, que, ao final do cômputo, poderia fazer a diferença e dar vitória à oposição.

Numa atmosfera de abertura<sup>28</sup>, os meios de comunicação, por sua vez, passaram pouco a pouco, a aderir ao movimento de ruptura das amarras que, por anos, impuseram uma rígida censura e baniram profissionais de renome da mídia chilena, condenando-os ao exílio. O noticiário televisivo *Teleanálisis*, por exemplo, passou a veicular diariamente reportagens numa rubrica intitulada *La imagen del país invisible*<sup>29</sup>, apresentando matérias que abordavam temas considerados verdadeiros tabus para aqueles anos acirrados de repressão e censura.

Contrariando a imagem do Chile pacífico, promissor e modernizado, paulatinamente uma parte da realidade social, escamoteada até então, passou a ser veiculada em rede nacional. Nesse bojo, temas como o desemprego, a carestia crescente nas camadas periféricas dos grandes centros urbanos, a sensação de deriva que atingia os mais pobres, os efeitos silenciados de uma reforma econômica, que acabou por condenar à total vulnerabilidade social uma grande massa de despossuídos, ganharam espaço no debate midiático. Por mais que a situação se esforçasse, com a sua retórica securitária, por esconder a fumaça, alegando continuar em guerra aberta contra um inimigo invisível, as chamas do incêndio já eram vistas por grande parte da população privada dos “benefícios” oferecidos

---

<sup>28</sup> Vale ressaltar que, apesar da ação repressora do governo quando do atentado contra Pinochet, em 8 setembro de 1986, decretando a recolta de todas as publicações da oposição, então disponíveis à venda em bancas de revista e livrarias, simultaneamente o governo se esforçou em deixar claro para os meios de comunicação e para a opinião pública que aquele não era um gesto de imposição de censura prévia, e que portanto continuava existindo no país “liberdade de expressão”. Especificamente sobre este episódio, conferir a matéria “Pinochet decreta el estado de sitio en Chile tras el atentado”, no *El País*, a 9 set. 1986. Disponível em: <elpais.com/diario/1986/09/09/portada/526600802\_850215.html>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

<sup>29</sup> A imagem do país invisível.

apenas a poucos numa sociedade cujo modelo econômico havia abraçado cegamente um ultraliberalismo.

## **6. A repercussão internacional**

De uma forma geral, o referendo recebeu grande atenção internacional e apoio aberto de alguns países como os Estados Unidos, que, em iniciativa levada a cabo por instituições não-governamentais de defesa dos Direitos Humanos, lançou uma campanha com os principais atores e atrizes da época, notadamente Christopher Reeve, Richard Dreyfuss e Jane Fonda<sup>30</sup>, manifestando apoio ao plebiscito e incentivando a adesão popular.

A França igualmente manifestou o seu apoio. Com uma longa tradição de envolvimento popular nas decisões políticas, o país não se furtou à mobilização da classe artística e de intelectuais no sentido de afirmar a importância daquela consulta, que poderia mudar o destino político do Chile, mesmo sabendo da possibilidade de que o resultado final pudesse vir a ser, de alguma forma, contestado pelo poder instituído. A excepcionalidade do evento em si era de tamanha importância para a manutenção do Político na região sul-americana, que até a ala conservadora francesa, representada pelo Partido Republicano Francês, aderiu à campanha pela ratificação do plebiscito.

O argumento que, invariavelmente, era evocado pela classe política francesa, para além de possíveis aproximações ideológicas com uma agenda liberal, dizia respeito à premente necessidade de retomada do

---

<sup>30</sup> Depoimentos presentes, dentre outras personalidades, no documentário *La alegría de los otros*, de Carolina Espinoza, 2009. Disponível em: <[vimeo.com/39964773](https://vimeo.com/39964773)>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

rito democrático no país. Não poderia haver projeto político que se legitimasse com a supressão dos direitos políticos dos seus cidadãos. E, com esta premissa do rito democrático, até mesmo as fileiras mais conservadoras da ala republicana, da Assembleia Nacional francesa, concordavam inequivocamente.

De toda forma, a colocada em prática de um mecanismo de consulta popular, depois de quinze anos de instituído o regime ditatorial, já era em si um evento político de grande vulto e importância que não poderia deixar de ter uma adesão massiva, sob pena de fazer transparecer para o regime uma falta de interesse da população pelo destino político do país. Nada mais equivocado, porém, que uma tal interpretação, tendo-se em vista as manifestações que invadiram as ruas de Santiago naquele ano de 1988.

No caso da Espanha especificamente, pairava sobre as instâncias políticas e midiáticas uma certa incredulidade quanto às reais intenções do governo chileno em pôr em consulta popular o próprio destino do regime. Nos meios de comunicação espanhóis, comentaristas políticos e acadêmicos especialistas mostravam-se incrédulos com a possibilidade de, em sendo o resultado do referendo contrário às suas intenções de manutenção e permanência no poder, o governo reconhecer uma possível derrota nas urnas, e, conseqüentemente, abrir caminho à normalização do cenário político, convocando novas eleições presidenciais.

A imagem de um ditador autorizando a realização de uma consulta aberta ao povo que poderia resultar na sua própria destituição parecia inconcebível para muitos analistas internacionais. Esta mesma desconfiança fazia parte da opinião da maioria dos perseguidos políticos

que tiveram de deixar o país e exilarem-se no exterior. Entretanto, passada toda a onda de incerteza inicial quanto à eficácia do referendo, e, posteriormente, postos na balança os prós e os contras da adesão à consulta, muitos expatriados concluíram que não havia muito a se perder, e mesmo que o regime refutasse o resultado das urnas, tal movimentação acabaria por fragilizar ainda mais alguma legitimidade reclamada àquela altura pelo governo<sup>31</sup>.

## 7. O dia da decisão

Na manhã do dia 5 de outubro de 1988, o clima era de incerteza. Pairava nas ruas de Santiago um ar de dúvida, não se sabia se, de fato, o plebiscito seria levado a cabo e se tudo correria de forma a garantir o resultado das urnas. Nos últimos dias da campanha, começou a ficar mais evidente que, provavelmente, a oposição conseguiria ultrapassar o governo com alguma margem a seu favor. Tal possibilidade de um cenário não favorável ao governo acirrou os partidários mais extremados do regime e uma concertação teria sido arquitetada, de última hora, para desestabilizar o contexto do referendo e criar margens a uma deslegitimação dos resultados das urnas. Sem razões claras, um *blackout* ocorreu na noite anterior ao referendo.

---

<sup>31</sup> Os depoimentos de cidadãos chilenos, perseguidos políticos do regime, que tiveram de partir para o exílio, compõem uma rica teia discursiva que recupera, em alguma medida, a sensação de descrédulo, num primeiro momento, quanto à real eficácia daquela consulta em referendo. Com o avançar do documentário de Carolina Espinoza (2009), os argumentos vão sendo ponderados e desenvolvidos até à conclusão de que a não participação, o boicote ao plebiscito, poderia contribuir para a vitória da situação. Naquele contexto, seria então essencial demonstrar, mesmo que a partir do exterior, um forte interesse e engajamento pelos rumos políticos do país. Cf. *La alegría de los otros*, documentário de Carolina Espinoza, 2009. Disponível em: <[vimeo.com/39964773](https://vimeo.com/39964773)>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

A pressão internacional era grande para que o governo respeitasse o trâmite da consulta popular e reconhecesse o seu resultado. Em 2014, um conjunto de documentos, que havia sido desclassificado do Arquivo de Segurança Nacional pelo governo estadunidense, veio a público por iniciativa de um centro de estudos políticos da Universidade de Washington.

A publicização dos documentos coincidiu com o momento de celebração pela vitória do filme chileno *NO*, que transpôs à película a campanha publicitária da oposição para o plebiscito, na categoria de melhor filme estrangeiro do Prêmio *Oscar* 2014.

Os documentos comprovavam uma insistente dissuasão dos Estados Unidos em relação a possíveis tentativas do ditador chileno de interferir no processo ou no resultado do referendo. Havia provas concretas de que uma movimentação estava sendo orquestrada pelo governo para sabotar a consulta popular:

Los documentos, que incluyen cables confidenciales del Departamento de Estado e informes de agentes de la CIA en Chile, muestran que el régimen de Pinochet comenzó a percibir que perdería el plebiscito programado para el 5 de octubre de 1988 y comenzó a elaborar planes para evitarlo. "Seguidores cercanos del presidente Pinochet tendrían planes de contingencia para hacer descarrilar el plebiscito al instigar y generar actos de violencia. Ellos esperan que dicha violencia provoque retaliaciones de la oposición radical, dando pie a un ciclo de violencia" con vistas a suspender

indefinidamente la consulta, señaló un informante de inteligencia del día previo a la consulta.<sup>32</sup>

Além da pressão diplomática propriamente, com mensagens diretas autorizadas por Washington a seu representante plenipotenciário em Santiago, deixando claro que, caso houvesse alguma interferência por parte do regime para impedir o plebiscito, a relação entre os dois países estaria arruinada, havia também a pressão política vinda sobretudo da Inglaterra. Sabendo da boa relação da Primeira Ministra inglesa, Margaret Thatcher, com Santiago, o Presidente estadunidense, Ronald Reagan, não exitou em mobilizar sua relação com Londres para fortalecer a atenção internacional sobre a consulta popular no Chile<sup>33</sup>.

Depois de um dia inteiro de tensões e de informações desencontradas, tendo em vista que o governo ainda controlava o principal

---

<sup>32</sup> Trad. livre nossa: “Os documentos, que incluem telegramas confidenciais do Departamento de Estado e relatórios de agentes da CIA no Chile, mostram que o regime Pinochet começou a perceber que perderia o plebiscito marcado para 5 de outubro de 1988 e começou a fazer planos para evitá-lo. ‘Apoiadores próximos do presidente Pinochet teriam planos de contingência para inviabilizar o plebiscito instigando e gerando atos de violência. Eles esperam que tal violência provoque uma retaliação da oposição radical, dando início a um ciclo de violência’ com vistas à suspensão indefinida do referendo, disse um informante de inteligência no dia anterior à consulta”. Artigo publicado no periódico *El Heraldo*, « EEUU advirtió a Pinochet contra planes para torpedear plebiscito », seção Mundo, de 24 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<https://www.elheraldo.hn/mundo/eeuu-advirtio-a-pinochet-contra-planes-para-torpedear-plebiscito-OLEH604794>>. Último acesso em: 21 mar. 2022.

<sup>33</sup> Para uma leitura mais ampla – e menos circunstanciada à conjuntura do plebiscito chileno – acerca do engajamento do Departamento de Estado dos EUA na política regional do Cone Sul, indicamos a leitura do artigo « A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos », da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariana Joffily, Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e colaboradora visitante da Brown University (EUA). Artigo disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/MPKnBvVZMspJCSL7xnWTkS/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

canal de TV chileno, o ambiente era de incerteza quanto aos reais números da apuração. A partir das 17 horas, as cifras de boca de urna começaram a circular. Na televisão, as informações se chocavam com aquelas coletadas pela delegação da *Coalizão*. Um clima de preocupação se adensava. Parciais que foram sendo apresentadas no final da tarde e início da noite davam conta de um avanço do *Sim* sobre o *Não*.

A manipulação das informações preliminares era flagrante. Os números apresentados à sede de cada comitê traziam sempre vantagens para o lado de quem os apresentava. Por volta das 19h30, o comitê do *Sim* soltou à imprensa uma notícia duvidosa, uma parcial apontaria um avanço de 58% para o *Sim* sobre 42% para o *Não*. Um detalhe importante que não fora divulgado é que a cifra correspondia à contagem de 79 mesas, isto é, o equivalente a 0,36% do universo total do escrutínio (CASTILLO, 2012).

Nessa situação, tudo levava a crer que a manipulação por parte do governo seria intensa até o último minuto da contagem dos votos. A pressão em ambos os lados aumentava a cada hora. Nos salões do Palácio *La Moneda*, reuniões eram convocadas no calor da hora. Notícias de que artefatos e armamentos haviam sido encontrados numa província nas cercanias de Santiago deixaram o clima ainda mais tenso<sup>34</sup>. Os Comandantes em Chefe das Forças de Segurança, José Toribio Merino, Fernando Matthei e Rodolfo Stange, afirmariam às mídias, na sequência dos fatos, que tudo estava sob controle. A cada movimento, ficava clara a intenção de instaurar uma suspeição de iminente ataque, supostamente

---

<sup>34</sup> As declarações do próprio Pinochet à imprensa, logo após a sua participação no escrutínio, apontam para a suspeição de um iminente ataque a ser perpetrado por “grupos armados” da oposição. Cf. DIAMAND, 1989.

orquestrado pela extrema esquerda, para fazer eclodir um conflito e deslegitimar um resultado favorável ao governo.

## **8. Uma última tentativa de golpe e a derrocada do regime**

No início da madrugada do dia 6 de outubro, os números da apuração se mostravam incontestes. O avanço do *Não* sobre o *Sim* se confirmava a cada hora. Numa última tentativa de não ceder à evidente derrota, Pinochet tenta fazer passar um decreto pelo qual assumiria todo o poder e não reconheceria o resultado do plebiscito, porém fora prontamente dissuadido pela Junta de Governo e pelos militares que comandavam as Forças de Segurança do país:

En sus memorias *Matthei, mi testimonio* [Fernando Matthei], el ex comandante en jefe de la Fach [Fuerzas Armadas y Carabineros de Chile] confirma que Pinochet les habría entregado un decreto por el cual él asumiría todo el poder para no reconocer los resultados del plebiscito. Esto habría enfurecido a los miembros de la Junta. Matthei sostiene que rompió el acta con sus propias manos. “Después de eso, y sin insistir en el acta, el Presidente nos informó que se iría a descansar por unos días fuera de Santiago y se dio por terminada la reunión”, termina de contar Matthei en su libro<sup>35</sup>. (Castillo, 2012)

---

<sup>35</sup> Trad. livre nossa: “Em suas memórias « Matthei, meu testemunho » [Fernando Matthei], o ex-comandante em chefe das FACH [Forças Armadas e Carabineiros do Chile] confirma que Pinochet lhes teria dado um decreto pelo qual assumiria todo o poder para não reconhecer os resultados do plebiscito. Isso teria enfurecido os membros do Conselho. Matthei afirma que rasgou o ato com as próprias mãos. ‘Depois disso, e sem insistir nas atas, o presidente nos informou que ia descansar alguns dias fora de Santiago e a reunião foi encerrada’, relatou Matthei em seu livro”.

O resultado final da apuração foi, enfim, anunciado às 2h da madrugada do dia 6 de outubro de 1988. O *Subsecretario del Interior*, Alberto Eugenio Cardemil Herrera, trouxe a público os números oficiais do escrutínio: 43% para o *Sim* e 54,7% dos votos para o *Não*. Chegava ao fim o regime chefiado pelo ditador Augusto Pinochet.

Naquela mesma noite, o general fez um pronunciamento trajando o velho uniforme militar que havia, num cálculo de marketing político, tirado de cena durante a campanha, para reconhecer, em cadeia nacional de televisão, a derrota da sua autocracia e para assegurar o trâmite político legal para as futuras eleições, como previsto na Constituição de 1980.

No jornal *O Globo*, um balanço daqueles últimos episódios da crônica política chilena aparece na edição de 30 de dezembro de 1988, no caderno especial Retrospectiva:

O regime perdeu a primeira partida, embora tenha se empenhado na campanha eleitoral para obter o “sim” que manteria Pinochet no governo por mais oito anos. [...] A insistência de Pinochet em se candidatar à própria sucessão foi o melhor catalisador do trabalho eleitoral dos 16 partidos que se uniram na vitoriosa campanha do “não”. Também não ajudaram a pantomima da suspensão das leis de exceção nem a permissão do regresso de alguns exilados. O “não” a 15 anos de uma ditadura desgastada até para os antigos aliados – o resultado do plebiscito foi saudado pelo

Governo americano – foi colhido após intensa mobilização da população, evento inédito no país.<sup>36</sup>

O caminho rumo à reabertura política e à redemocratização chilena asseverar-se-ia longo, tortuoso e complexo. Afinal, retomar a ordem política democrática de um país que esteve mergulhado, por década e meia, naquela que talvez tenha sido a mais sangrenta das ditaduras do subcontinente americano não seria tarefa simples para apenas um mandato legitimamente eleito pelo voto popular.

## 9. A difícil redemocratização

A transição à reabertura democrática foi, para muitos, um processo questionável que, para poder seguir adiante, teve de ceder às várias exigências impostas pela elite política do país. Para Costa e Tanscheit, num balanço interpretativo que considera as análises feitas por alguns dos principais especialistas do contexto socio-político chileno ao longo das últimas décadas, a situação delicada atual do país é diretamente debitária das escolhas feitas no passado recente. Nos termos dos autores:

Em que pese ser o país mais bem avaliado da região, à exceção do Uruguai neste [o *Freedom House*] e em diversos outros índices relacionados à democracia, as duas últimas décadas têm como marca um forte questionamento à ordem social e política do país. Remetendo ao processo de transição à democracia, diversas análises argumentam que **o pacto estabelecido**

---

<sup>36</sup> Documento disponível em: <https://glo.bo/37Rh0IK>.

**entre as elites políticas do Chile neste período foi fundamentado em torno de um consenso tecnocrático *vis-à-vis* a continuidade do modelo socioeconômico neoliberal e autoritário adotado durante a ditadura militar de Pinochet (1973-90), como a permanência da Constituição de 1980. (Costa e Tanscheit, 2020: 72) [grifos nossos]**

Recentemente, uma onda de protestos tomou as ruas do Chile e o conceito proposto por Garretón (2012), de que o Chile seria uma “democracia incompleta”, parece ter encontrado eco nas reivindicações dos manifestantes. A pressão popular, após vários dias sem trégua de embate violento com as forças de segurança, acabou por forçar o poder político e fazer com que um novo referendo fosse estabelecido para 2020. A consulta seria acerca da formação de uma Constituinte para elaborar uma nova Constituição, que substituirá aquela de 1980, considerada como o último legado autoritário do regime e que ainda estava em vigor no país. Inicialmente previsto para o mês de abril, por conta das medidas de segurança sanitária impostas no contexto de pandemia da COVID-19, o referendo acabou por ser realizado a 25 de outubro de 2020.

Desta vez, a pergunta principal da consulta, “Você quer uma nova Constituição?”, desdobrou-se numa segunda, “Que tipo de convenção deverá redigir a nova Constituição?”. O nível de adesão à consulta foi alto, cerca de 7,5 milhões de eleitores. À primeira pergunta, o “sim” alcançou 78,27% dos votos a favor de uma nova Constituição, contra 21,73% pela manutenção daquela de 1980. À segunda pergunta, o resultado confirmou o anseio popular por um processo independente e verdadeiramente

democrático. A opção por uma Convenção Constituinte Mista, formada por membros da atual legislatura do parlamento e por cidadãos comuns, obteve apenas 21,01% das intenções, contra 78,79% dos votos para a formação de uma Convenção Constituinte formada exclusivamente por membros eleitos para a convenção.

Abria-se assim uma nova via rumo à refundação do marco constitucional do Estado chileno.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

CHILE. Biblioteca del Congreso Nacional de Chile. Estantería digital. *Sí a tu familia a tu Chile. Chile comienza en tu familia*. Panfletos. Santiago, 1988. Disponível em: <<https://bit.ly/3DaDJYn>>. Link direto: <<https://bit.ly/35cdFzM>>. Último acesso em: 23 mar. 2022.

-----, Biblioteca Nacional de Chile. Memoria Chilena. *Poniendo el grito en el suelo*: Panfletos del período de la dictadura militar (1973-1988). Disponível em: <https://bit.ly/3JzKdT8>. Último acesso em: 23 mar. 2022.

-----, Ministerio del Interior. *Constitución Política de la Republica de Chile, de 1980*. Disponível em: <[bit.ly/2U6hRI7](http://bit.ly/2U6hRI7)>. Último acesso em: 20 mar. 2022.

-----, Ministerio del Interior. *Decreto Ley 3464 Aprueba Nueva Constitución Política y la Somete a Ratificación por Plebiscito*. Original, 11 ago.1980. Disponível em: <<http://bcn.cl/2kcgY>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

O GLOBO. *Dossiê Fatos Históricos*. Acervo digital. Disponível em: <glo.bo/32odVad>.

-----. *Em 1988, plebiscito no Chile disse não [...]*. Mundo, 16 set. 2013. <glo.bo/32odVad>.

-----. *Oposição chilena vai às ruas*. O Mundo, p.28, 28 ago. 1988. <glo.bo/32odVad>.

-----. *Oposição já ataca Pinochet pela TV*. O Mundo, p. 15, 6 set. 1988. <glo.bo/32odVad>.

-----. *Protesto contra Pinochet*. Primeiro Caderno, p. 16, 12 maio 1983. <glo.bo/32odVad>.

-----. *Pinochet consegue vitória*. Primeiro Caderno, p. 1, 5 jan. 1978. <glo.bo/32odVad>.

-----. *Pinochet é atacado depois da missa*. O Mundo, p. 15, 8 set. 1988. <glo.bo/32odVad>.

-----. *Pinochet não resiste a plebiscito*. O País, p. 7, 30 dez. 1988. <glo.bo/32odVad>.

-----. *Pinochet ameaça com novo golpe*. O Mundo, p. 15, 29 out. 1988. <glo.bo/32odVad>.

CNN Chile. *El Documental del Sí*: La historia completa de una franja que no pasó a la história. Reportagem documental, 2018. Disponível em: <youtu.be/7xmkCXmG0G0>. Acesso em: 10 nov. 2020.

C-SPAN. *Chilean elections* – Pamela Constable. Entrevista, 54 min. Washington DC, 20 out. 1988. Disponível em: <https://www.c-span.org/video/?4755-1/chilean-elections>. Último acesso em: 24 mar. 2022.

DIAMAND, Frank. *Before, During, After* – Chile, October 5th. Documentário, 55 min, Holanda, 1989. Fragmento, « Chilean Plebiscite 1988 – Pinochet », disponível em: <[youtu.be/4ilPXgK8ICE](https://youtu.be/4ilPXgK8ICE)>. Último acesso em: 23 de mar. 2022.

ESPINOZA, Carolina. *La alegría de los otros*. Documentário, 2009. Disponível em: <[bit.ly/3kzcIEP](https://bit.ly/3kzcIEP)>. Acesso em: 9 nov. 2020.

LARRAÍN, Pablo. *No*. Filme longa-metragem, color. 118 min. Chile, 2012. Disponível em: <https://tv.apple.com/br/movie/no/umc.cmc.46tubtyifei66yokqevjkcgp?action=play>. Acesso em: 5 nov. 2020.

TVN Chile. *El 5 de Octubre de 1988*. Informe Especial, 2013. Disponível em: <[bit.ly/3kwo211](https://bit.ly/3kwo211)>. Acesso em: 21 nov. 2020.

## **Bibliografia**

AGGIO, Alberto. Brasil e Chile: uma história comparada de golpes, autoritarismo e democracia. *Caracol* Revista do Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana. N. 23, pp. 70-91, 2022. DOI: 10.11606/issn.2317-9651.i23p70-91. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/caracol/article/view/182014>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

AGGIO, Alberto e QUIERO, Gonzalo Cáceres. Chile: processo político e controvérsias intelectuais. *Lua Nova*. Revista de Cultura e Política. N. 49, 2000, pp. 87-111. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452000000100006>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

AYLWIN, Patricio. Prólogo. in *Chile: de la dictadura a la democracia*. Santiago: CLAT, 1990.

BORÓN, Atilio. Elecciones en Chile: el original y la copia. *América Latina en Movimiento*. Quito: ALAI, 22 jan. 2010. Disponível em: <[www.alainet.org/es/acti-ve/35674](http://www.alainet.org/es/acti-ve/35674)>. Acesso em: 3 dez. 2020.

BUSTAMANTE, Gilberto A. e RIVERA, Jorge R. La política exterior de Chile desde 1990. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales - Regionalismo y Desarrollo*. V. 6, n. 11, 2011.

CASTILLO, Francisco. La del 5 al 6 de octubre de 1988 fue la noche más larga de la historia de Chile. In *Cambio 21*. Política, 6 out. 2012. Disponível em: <[bit.ly/3ppjm2H](https://bit.ly/3ppjm2H)>. Acesso em: 3 dez. 2020.

COSTA, Murilo G. e TANSCHKEIT, Talita. E no entanto, ela se move! As transformações recentes da democracia no Chile. in LIMA, M. R. S. et alii (org.). *América do Sul no século XXI: desafios de um projeto político regional*. RJ: Multifoco, 2020. pág. 71-89.

GARRETÓN, Manuel A. Mobilizações populares, regime militar e transição no Chile. *Revista Lua Nova*. Nº 16, São Paulo, mar. 1989. Disponível em: <[bit.ly/35jWXLV](https://bit.ly/35jWXLV)>. Acesso em: 5 nov. 2020.

-----, A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução. *Revista Lua Nova*. Nº 27, São Paulo, dez. 1992. Disponível em: <[bit.ly/3ePiIGH](https://bit.ly/3ePiIGH)>. Acesso em: 5 nov. 2020.

JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. *Topoi*. V. 19, n. 38. Rio de Janeiro, 2018, pp. 58-80. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2237-101X01903803>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MARTINS, Renato. Chile: os limites do consenso. *Lua Nova*. N. 49. São Paulo, 2000. Disponível em: <[bit.ly/32xYBrG](https://bit.ly/32xYBrG)>. Acesso em: 8 nov. 2020.

PRADO, Maria Lígia Coelho; SOARES, Gabriela Pellegrino; COLOMBO, Sylvania. *Democracia na América Latina*. São Paulo: Senac, 2007.

ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários – Legitimidade, consenso e consentimento*

Cadernos de Clio, Curitiba, v. 12, nº. 2, 2021

no século XX: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SADER, Emir. *Democracia e ditadura no Chile*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

